bibliografia

recensões

HUNT, E. K. e SCHWARTZ, J. G. (organizadores) — *A critique of economic theory* — Penguin Modern Economics Readings, Londres, 1972, 467 pp.

Até há bem pouco tempo as colectâneas de textos de economia eram perfeitos e sólidos monumentos ao academismo controlado e coordenado pelos teóricos anglo-americanos. Esses ***readings*** conseguiam transmitir uma imagem rigorosamente harmónica da teoria aplicável para a resolução dos mais variados tipos de problemas e a principal dificuldade com que o leitor se defrontava seria a de conseguir estabelecer diferenças significativas entre os diversos autores incluídos nessas antologias. Por outras palavras, essa instituição muito particular a que se chama *readings* era o veículo ideal para a transmissão de um consenso académico que se movimentava numa linha paralela sem qualquer contacto com os problemas concretos das estruturas económicas.

Esta imagem ideal e vazia de conteúdo concreto desfez-se durante a década de sessenta e começam então a aparecer colectâneas cujo efeito teórico tem uma potência muito especial, na medida em que nos *recuperam* textos de uma qualidade muito superior aos que normalmente se incluiam nos *readings* e ainda porque nos fazem constatar uma agitação teórica que estava totalmente ausente das colectâneas do «período áureo» do dogmatismo da teoria económica academizante.

Um exemplo notável desta «nova geração» de colectâneas é esta edição dos Penguin Books (aliás, todos os números da secção «modern economic readings» satisfazem os critérios críticos e intelectualmente estimulantes que caracterizam este novo tipo de colectâneas.) Desde uma notável «Introdução» (que chega a ser mais virulenta do que os artigos seleccionados (onde não encontramos simples comentários redundantes aos artigos seleccionados mas sim propostas autónomas muito claras e bem documentadas, até algumas escolhas de textos fundamentais (nomeadamente os de Joan ROBINSON e DOBB sobre os trabalhos de SRAFFA, o de KALECKI e o de VEBLEN), passando por alguns textos muito recentes, os coordenadores deste volume propõem-nos uma imagem coerente de uma teoria económica conflitual e até mesmo contraditória e que, de qualquer modo, é totalmente diferente da imagem «oficial» de uma teoria económica acadèmicamente higienizada. Mas, e isso é o que nos parece decisivo, essa imagem conflitual é construída com textos de alto valor técnico, o que permite manter a análise a um nível de qualidade que, pelo menos, nunca poderá ser acusado de demagógico.

Numa análise mais estrita dos textos incluídos, começaremos por referir os de Joan ROBINSON (1961) e DOBB (1970) que comentam o texto fundamental de SRAFFA, *Production of commodities by Means of Commodities* (1960); mesmo para quem não conhece em pormenor a contribuição revolucionária de SRAFFA (que, acrescente-se, é um dos melhores comentadores da teoria económica clássica) a leitura destes dois artigos é suficientemente elucidativa para lhe dar uma primeira noção da impossibilidade de uma situação continuada de equilíbrio no liberalismo concorrencial através da crítica do marginalismo.

Logo a seguir, um outro texto de Joan ROBINSON (1970) resume o estado de uma teoria do capital enquanto que GAREGNANI (1970) ataca, com algum efeito, uma recente proposta de SAMUELSON («Surrogate production function», publicada na *Review of Economic Studies,* vol. 29, 1962, pp. 193-206).

Será também importante sublinhar a enorme importância (e qualidade) do texto de KALECKI que, como se

sabe, atingiu uma teoria muito próxima da keynesiana sem que tivesse havido qualquer contacto entre os dois teóricos. Este artigo, onde se demonstra a instabilidade de um sistema definido em termos de pleno-emprego, estabilidade de preços e «disciplina» sindical, permite-nos concluir que entre KALECKI e KEYNES há uma distância muito significatica, com vantagem para o primeiro. Claro que o artigo nos mostra, também, como era possível prever rigorosamente em 1943 qual iria ser o problema central das economias contemporâneas. É, indiscutìvelmente, um texto exemplar.

Será ainda útil referir as duas óptimas introduções históricas, de DOBB (1937) e de MEEK (1956), um texto curioso de VEBLEN (1908) que, sem ser um dos melhores textos de um autor fundamental e muito esquecido pela ortodoxia, nos dá algumas indicações sobre a potência teórica deste «clássico» da crítica da teoria económica.

Finalmente refiramos que, algo paradoxalmente, o texto de MARX (extraído dos *Manuscritos* de 1844) não é uma escolha típica das propostas de MARX; efectivamente, a sua teoria é mais claramente exposta, nesta selecção, pelos autores «capitalistas» do que por ele próprio. Limitação curiosa que acaba por ter altos dividendos teóricos.

Uma outra limitação, esta mais importante: a lista bibliográfica inserta no fim do volume é demasiado curta para a importância dos temas que aqui se analisam. Assim se perde uma óptima oportunidade de dar conta de importantes obras não-ortodoxas que, como é óbvio, raramente são aconselhadas ou referidas.

De qualquer forma, supomos ter deixado bem claro que, em nossa opinião, este livro deve ser considerado de leitura obrigatória e não só para os estudantes mas, sobretudo, para os professores de economia.

J. A. Aguiar

ILLICH, Ivan — *Libertar o futuro* — Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1973, 241 pp.

Na presença de um texto, não é normalmente fácil distinguir com clareza o que nele é dominantemente análise científica mais ou menos rigorosa, daquilo que se pode chamar doutrina, ou proposta de intervenção de base sobretudo ideológica.

O título original do livro de ILLICH — *Celebration of Awareness: a Call for Institucional Revolution* — desde logo aponta para um conteúdo polémico e de intervenção, que a leitura das diversas conferências, estudos, manifestos, relatos de experiências, que o autor organizou em outros tantos capítulos, não deixa de confirmar.

Sem dúvida, se pode aperceber uma certa unidade, resultante do carácter «comprometido» da obra no seu conjunto. Mas os textos são manifestamente heterogéneos, quer quanto às respectivas temáticas quer quanto às formas de abordagem e tratamento, como de resto o «Prefácio» sublinha.

Não cabe, é claro, tratar aqui as múltiplas questões levantadas, desde as análises à situação da Igreja, aos esboços de estudo das comunidades portoriquenhas, passando com especial incidência pelos problemas do desenvolvimento, da educação e da escola.

Apenas um exemplo do que poderíamos qualificar como perspectiva moralizante, ideológica e talvez em certo sentido ingénua: «Nós somos desafiados a deitar por terra os sistemas sociais e económicos obsoletos que dividem o mundo entre os sobreprivilegiados e os subprivilegiados. Cada um de nós, seja ele dirigente governativo ou contestatário, homem de negócios ou operário, professor ou estudante, partilha uma culpa comum. Fomos todos incapazes de descobrir como fazer as necessárias mudanças nos nossos ideais e nas nossas estruturas sociais». E poucas linhas adiante: «Precisamos, portanto, de lutar cooperativamente para criar o mundo novo. Não nos sobeja tempo para a destruïção, o ódio ou a indignação. Temos de construir na esperança, na alegria e na celebração».

Não se trata de negar uma eventual eficácia ideológica a apelos deste tipo. O problema que caberia a este propósito pôr seria antes o da localização desta «fala» e o das razões de sucesso do seu consumo.

Mas, vale a pena insistir, o conjunto do livro não pode ser avaliado pela extrapolação da análise do fragmento citado. Há outras questões e outros tons. Aquilo de que em todos os casos ILLICH se não demite nunca é de fazer desembocar os seus textos em proposta de alternativa, nem de, em relação aos termos das alterna-